

A AMÉRICA LATINA FRENTE A UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

*Francisco de Borja B. de Magalhães Filho**

***"Alguma coisa está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial"***

Caetano Veloso

Desde o final da guerra fria, e principalmente na medida em que se caracterizava o desmoronamento das estruturas de poder representadas pelo chamado socialismo real, e a partir das preocupações sobre como viria a ser um mundo não mais condicionado à competição entre capitalismo e comunismo, começaram a ganhar corpo concepções imaginativas de novos padrões de relacionamento internacional, tanto no plano político quanto no econômico.

Mais do que qualquer outro fator, a postura política do Governo Bush colocou maiúsculas num novo ordenamento das relações internacionais. A superioridade econômica dos países capitalistas industrializados, respaldada na superioridade militar e tecnológica dos Estados Unidos, seria o eixo fundante da nova ordem mundial. Em torno desse eixo único, sem qualquer outra alternativa, passariam (ou continuaram) a girar as sociedades periféricas, como as da América Latina.

A Guerra do Golfo e a desagregação da União Soviética como que confirmaram o poder e a irreversibilidade desse novo desenho das relações internacionais.

Este artigo se propõe a analisar o que significa essa nova ordem, quais suas expectativas de sucesso e as perspectivas da América Latina num novo contexto, que pode se manter por décadas, até que sua antítese componha novas correlações de forças sociais e econômicas.

Começemos pelas aparências. As formas de implementação da nova ordem num Mundo não mais bipolarizado trazem à memória as práticas usuais nas relações internacionais anteriores a 1914. A intervenção militar no Panamá (como a anterior em Granada) e a ação militar conjunta em defesa das fontes de petróleo do Golfo Pérsico são reedições (tecnologicamente atualizadas) da antiga política das canhoneiras ou de formas de cooperação militar entre as potências industrializadas, como as testadas na Guerra dos Boxers ou na intervenção aliada na Rússia após a revolução bolchevique. As receitas econômicas neoliberais, com sua ênfase na abertura ao mercado mundial,

* Professor do Departamento de Economia da UFPR, ex-Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Paraná e Coordenador do Núcleo MERCOSUL da Secretaria Especial do Governo do Paraná.

com a eliminação de tarifas alfandegárias protecionistas, na livre movimentação de capitais e na privatização das atividades produtivas, bem como as pressões políticas e retaliações econômicas contra aqueles países que mantêm ou defendem políticas econômicas próprias, reeditam a postura dominante do pensamento e das políticas econômicas que os países industrializados impunham aos demais nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial. E, hoje, como estão? Ou, então, o discurso sobre a liberdade do comércio não era necessariamente obedecido pelos países industrializados.

Mas as aparências não nos devem enganar. O estágio atual de desenvolvimento do capitalismo é bem diferente do de então. A simples recriação do quadro de relações econômicas (e políticas) internacional da grande fase de expansão imperialista da virada do século é hoje inviável. O ressurgimento de velhas formas de ação — que, na realidade, sempre estiveram presentes, ainda que ofuscadas ou temperadas pelas condições de bipolaridade presentes nos últimos 50 anos — aponta mais como os interesses dos grandes países capitalistas, e, portanto, do capital monopolista, gostariam que o Mundo fosse do que como ele efetivamente é e será.

Desde há algum tempo, vinham-se notando alterações quantitativas na correlação de forças dentro da economia mundial, que indicavam que o Mundo se aproximava de uma mudança qualitativa no padrão de relacionamento estabelecido após o final da Segunda Guerra Mundial; e não apenas entre as duas potências então hegemônicas, mas também — e isso é hoje o mais importante — entre os estados capitalistas industrializados.

Em seu excelente trabalho **Ascensão e Queda das Grandes Potências**, publicado em 1988, o Historiador Paul Kennedy já delineava as perspectivas dessa nova correlação de forças:

"A menos que as tendências das últimas décadas se modifiquem [por que se modificariam?], a configuração da política mundial deverá ser aproximadamente a seguinte:

"Primeiro, haverá uma transferência, tanto nas parcelas de produção mundial total como dos dispêndios militares totais, das cinco maiores concentrações de força para muitas outras nações; mas será um processo gradual, e nenhum outro estado tem a possibilidade de ingressar na atual 'pentarquia' constituída pelos Estados Unidos, URSS, China, Japão e CEE, em futuro próximo.

"Segundo, o equilíbrio produtivo global entre esses cinco já começou a pender em certas direções: afastando-se da Rússia e dos Estados Unidos, e também da CEE, e em favor do Japão e da China" (KENNEDY, 1989, p.510).

Se considerarmos que o enfraquecimento da Rússia, como sucessora da URSS, é necessariamente temporário, a previsão de Kennedy pode perfeitamente servir de marco referencial para as próximas décadas.

Isso nos permite descaracterizar a chamada nova ordem mundial sob dois aspectos: como um mundo unipolarizado, sob a hegemonia norte-americana, e como um padrão estável, com regras fixas, que impossibilitaria às regiões periféricas obter margens de manobra capazes de permitir-lhes certo grau de autonomia no estabelecimento de suas próprias políticas econômicas.

Quanto à perda relativa de poder dos Estados Unidos, mesmo no plano militar, onde sua posição é muito superior à que ocupa no plano econômico, é elucidativo o seguinte comentário do periódico inglês **The Economist** sobre a Guerra do Golfo:

"Os Estados Unidos por pouco não poderiam enfrentar a batalha sem uma grande quantidade de petróleo grátis, sem ienes e sem marcos alemães. Derrotar um país com o PNB de Portugal exigiu 75% de sua aviação tática e 40% de seus tanques. Que canhoneira unipolar (tradução do autor)"¹ (The Econ., 1991, p.15).

Como a base do poder militar, e, portanto, político, é a capacidade produtiva, e a erosão relativa desta, no médio prazo, reduz aquela, a nova ordem só contará com um gendarme eficiente e com sanções econômicas eficazes quando os interesses da maior parte da "pentarquia" (para usar a terminologia de Kennedy) vierem a convergir.

Isso nos traz as perspectivas da economia mundial na nova ordem mundial.

É interessante ressaltarmos dois aspectos aparentemente contraditórios do panorama econômico mundial nestes últimos pouco mais de 10 anos.

Em primeiro lugar, que o grande avanço político do capitalismo, com o fortalecimento das propostas neoliberais e a generalização de políticas econômicas delas derivadas, incluindo-se aí a desestabilização das economias socialistas, com o abandono do planejamento central e a introdução da propriedade privada e do mercado, coincide com uma das mais longas crises do sistema capitalista em toda a sua história.

Em segundo lugar, que o consenso quase generalizado, na América Latina, de que o crescimento econômico só tornará a ocorrer pela abertura da economia ao comércio e aos capitais internacionais e pela diminuição do papel do Estado na vida econômica se dá exatamente no momento em que, como decorrência da própria crise mundial do capitalismo, o comércio internacional esteja na sua fase de menor crescimento desde a década de 30.

Quanto à situação de crise atravessada pelo capitalismo, não cabe aqui fundamentá-la. É de conhecimento geral que o Produto Interno Bruto dos principais países industrializados, na sucessão de recessões e pequenas recuperações que marcaram essas economias desde a década de 70, conseguiu crescer a apenas em torno da metade do que conseguira nas duas décadas de expansão anteriores. E tudo isso acompanhado de um crescente predomínio do capital especulativo e de sucessivas crises ou prolongadas quedas nas principais Bolsas de Valores.²

Parece cristalino que não há contradição alguma, antes relações de causalidade, entre esses fenômenos, produtos da incessante busca por parte do capital de aplicações — produtivas ou não — de onde retomar seu processo de acumulação. Parece ser aí, na superacumulação de capital e no crescente predomínio de sua forma financeira, que residem as explicações mais adequadas aos grandes movimentos hoje presentes no Mundo, caracterizando mais uma fase de transição para um novo padrão

¹ No original: "The States could barely have afforded the battle without plentiful free oil, Yen and D-Marks. To defeat a country with the national product of Portugal took 75% of America's tactical aircraft and 40% of its tanks. Some unipolar gunboat".

² Sobre a crise, ver principalmente Mandel (1990).

de relacionamento econômico e político entre os estados do que uma "nova" ordem mundial, pronta e acabada, que, no discurso (e na vontade e no sonho) dos que a propõe, nada mais seria do que a "ordem" anterior, enfim livre dos desafios do socialismo.

É nesse contexto que os países da América Latina, pressionados pelos seus problemas internos e externos, sob o peso de suas dívidas, de seus padrões de inserção na economia mundial, da pobreza e da miséria generalizadas e da crise financeira que esterilizou os estados como agentes de melhoria das condições econômicas e sociais, entram, por caminhos diversos, na procura de um novo modelo de crescimento econômico, calcado no papel indutor do capital privado e da concorrência internacional.

Como será essa inserção? Ou melhor, o que acontecerá na América Latina nas próximas décadas, se esse modelo for efetivamente implantado?

Noticiando os resultados de um painel de oito especialistas latino-americanos em política, economia e desenvolvimento, por ela patrocinado em Cartagena, em 1991, a revista **Time** apresenta, entre outras, as seguintes opiniões dos painelistas:

"No campo econômico, concordaram que a direção na próxima década será no sentido da livre iniciativa, da capacidade de empreendimento e do desmantelamento dos controles governamentais sobre o comércio e as atividades financeiras. Dentro dos limites impostos pelo mercado, os governos terão que fazer mais, a fim de melhorar o clima para a expansão econômica, mantendo sob controle a inflação e os déficits orçamentários, oferecendo incentivos para os investimentos e educando a juventude. Mais importante, asseguraram os painelistas, se a liberdade deve criar raízes mais firmes, deve oferecer esperança, embasada em programas sociais concretos, aos 70% dos 451 milhões de latino-americanos que vivem na pobreza (tradução do autor)"³ (Time, 1991, p.14).

Vejamos atentamente, e transparece logo o caráter contraditório inerente aos diversos pontos nos quais os painelistas concordam: de um lado, a redução do papel do Estado; de outro, a importância ressaltada de programas concretos para reduzir a pobreza. E isso em países em que, na maior parte ou na totalidade de sua história, foram somente políticas firmes por parte de estados fortes que conseguiram avanços significativos. Paralelamente a isso, é preciso oferecer incentivos aos investimentos privados e melhorar quantitativa ou qualitativamente a educação, ao tempo em que se abre a economia à concorrência mundial e se combate o déficit público; isso em países em que a maioria só conseguiu modernizar sua infra-estrutura básica por meio do investimento público e só conseguiu criar uma base industrial significativa a partir de alguma forma de protecionismo a novos setores produtivos.

³ No original: "On the economic front, the panelists agreed that the direction in the decade ahead will be toward free enterprise, entrepreneurship and the dismantling of government controls on trade and finance. Within the constraints of free markets, government will have to do more to improve the climate for economic expansion by keeping inflation and budget deficits in check, by providing investment incentives and by educating the young. Most important, the panel held, if freedom is to take even firmer root, it must offer hope, backed up by concrete social programs, to be the 70% of Latin America's 451 million people who live in poverty".

Cabem aqui algumas considerações: primeiro, será que se supõe que está havendo uma mudança na correlação de forças entre as classes sociais nesses países? O modelo de crescimento anterior não foi apoiado e estimulado pela mesma burguesia que com ele cresceu e se beneficiou e que continua no poder nesses países? Será que o dinamismo daqueles setores que podem enfrentar a concorrência internacional e crescer a partir dela será eficiente para gerar um padrão de acumulação capaz de propagar o crescimento por toda a economia e gerar recursos para o atendimento dos problemas sociais? Será que foi com esse modelo e em cenários internacionais semelhantes ao atual que os países industriais desenvolvidos alcançaram o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e de relativa homogeneidade social que atualmente ostentam?

Tantas indagações, quantas questões a serem analisadas e debatidas para muito além do âmbito deste trabalho e que podem resumir-se em uma só: será que esse modelo de crescimento, baseado quase que exclusivamente no investimento privado e na abertura ao comércio mundial, terá a capacidade de incorporar em padrões de produtividade e bem-estar adequados aos grandes contingentes de população que os modelos anteriores não só não absorveram como ampliaram e reproduziram?

Esse deve ser o grande debate da América Latina de hoje. E, se não está sendo, pelo menos na intensidade e na amplitude necessárias, é porque parece haver um consenso de que não há alternativas. Apesar das críticas e questionamentos que muitos dos participantes do referido painel levantaram, esse parece ser o sentimento geral.

Vamos supor que isso seja verdadeiro e que, nas condições atuais do Mundo e da própria América Latina, esse seja o único caminho a seguir. Cabe então analisar para que contexto econômico mundial nós estamos abrindo e o que podemos fazer para maximizar os ganhos dessa abertura.

Não esqueçamos que a economia capitalista atravessa um longo ciclo recessivo, cujo término ainda não é vislumbrável, e que o capital corre incessantemente em busca de remuneração, em aplicações produtivas ou não, com o capital especulativo na vanguarda, já que a aplicação produtiva é desestimulada pelo caráter recessivo do presente estágio da economia mundial.

Em uma análise mais ampla de um dos casos de abertura de maior sucesso na América Latina, o do México, o periódico **The Economist** identifica com clareza o problema, após comentar a entrada de US\$10 bilhões em capitais no primeiro semestre de 1991:

"Se há algo que mantenha os economistas de lá acordados à noite é o fato de saberem que 75% dessa entrada de capitais cai para investimentos em títulos de alta liquidez, não para novas fábricas, e que a parte do leão vem de capitais repatriados por mexicanos. Uma coisa é certa sobre esse dinheiro: é quente. Se houvesse qualquer abalo de confiança, o fluxo poderia rapidamente inverter-se (tradução do autor)"⁴ (The Econ., 1991a, p.25).

⁴ No original: "If there is one thing that keeps economists there awake at night, it is the knowledge that about 75% of the inflow of capital is going into easily liquidated portfolio investment, not into new factories, and that the lion's share of the comes from flight capital repatriated by Mexicans. One thing is certain about this money: it is hot. If there were a shock to confidence, the inflow could quickly go into reverse".

No momento, e por um período de duração imprevisível, esse risco acompanhará todas as políticas de abertura na América Latina.

E cabe perguntar: que serão esses abalos de confiança que podem reverter situações da noite para o dia? Sem dúvida alguma, incluem o fortalecimento de movimentos populares contrários às políticas neoliberais, mudanças na política econômica decorrentes desse fortalecimento, ou a explosão de revoltas de difícil controle, alimentadas pelos níveis de pobreza da maior parte da população.

Esse é o maior problema, pelo menos nas condições atuais. Já sabemos, pelos acontecimentos recentes na Venezuela e no Peru, qual o tipo de conseqüências que podem advir da implantação inicial desse modelo. Mas os riscos permanecem mesmo em casos festejados como retratos do seu sucesso.

Tomemos o Chile, que adotou o caminho da abertura ao comércio mundial desde o final da década de 70 e nele permanece firme mesmo após o início da transição para um governo eleito. Ao resumir os casos de sucesso de políticas de abertura (que para a opinião da revista incluem também o México e a Venezuela), o texto da *Time* referente ao painel de Cartagena conclui a apreciação do caso chileno, comentando:

"A transformação da economia veio a um considerável custo social: ao redor de 35% da população, cerca de 5 milhões de pessoas, vivem no limite da pobreza ou abaixo dele. Os colhedores e empacotadores na indústria fruteira, uma fonte crescente de divisas, são um exemplo: seus salários têm-se mantido constantes, a US\$ 3 por dia nos últimos três anos (tradução do autor)"⁵ (*Time*, 1991, p.20).

Desde que política e economicamente estáveis, os países latino-americanos são indiscutivelmente um excelente campo de investimentos para o capital, inclusive o internacional. Claro que sua constelação de recursos naturais, o ainda limitado aproveitamento desses recursos, e o potencial produtivo já instalado na maior parte deles são fortes fatores de atração. Mas o principal é o grande exército de reserva de trabalho, em muitos países ainda fixado a formas pré-capitalistas de produção, em outros conformando massas subempregadas nas periferias dos centros urbanos. Na baixa remuneração que essas condições objetivas permitem pagar, reside uma das melhores possibilidades que ainda restam no Mundo para a obtenção de taxas de lucro mais elevadas.

Em alguns casos, o desmantelamento das relações pré-capitalistas já ocorreu em grande escala; o trabalhador já está livre para escolher o único caminho de sobrevivência: a venda de sua força de trabalho em um mercado onde é o fator abundante.

A situação não é a mesma em todos os países; em alguns casos, nem mesmo entre regiões de um mesmo país. Argentina, Uruguai, Chile e Costa Rica formam um extremo, onde o chamado subemprego estrutural tem menor peso, ainda que neles possa acontecer um constante recriar do exército de reserva; o Brasil, o México e os

⁵ No original: "The transformation of the economy has come at considerable social cost. about 35% of the population, some 5 million people, lives at or below the poverty line. The pickers and packers in the fruit industry, a growing source of export earnings, are a case in point: their wages have hold steady at \$ 3 a day for the past three years"

países andinos — com grandes diferenças entre si — formam o outro extremo, onde os modelos anteriores não só não conseguiram absorver toda a população como criaram enormes "bolsões" de subemprego.

Respeitadas essas diferenças, o quadro antes descrito permanece válido para a América Latina como um todo. E esse é um dos aspectos mais graves do nosso futuro. Agora, como a abertura se dá em período de crescimento lento da economia mundial, o que faz com que o capital produtivo tenha pouco interesse de aproveitar-se das vantagens que procuramos oferecer-lhe, deixando-nos mais nas mãos dos fluxos especulativos do capital financeiro, torna-se pouco consistente a esperança de uma retomada, a curto prazo, do crescimento e da correção dos desníveis sociais. Ao se dar uma retomada do processo expansivo da economia capitalista, quando — mantido o nosso novo padrão de inserção na economia mundial — os fluxos de investimento produtivo devem crescer, o que eles buscarão, na maior parte dos casos, estará em contradição com nossos objetivos de solução das desigualdades sociais. Introduza-se nessa contradição o crescente predomínio de tecnologias cada vez menos trabalho-intensivas, e os problemas ganham ainda maior gravidade.

Isso significa que mesmo uma fase de crescimento acelerado da economia induzida pela abertura a um mercado mundial em rápida expansão — sonho dos neoliberais — levaria muito tempo, se o conseguisse, para eliminar os desequilíbrios sociais presentes na América Latina.

Isso, por sua vez, leva-nos a um outro problema: estamos abrindo nossas economias num momento em que, na perspectiva de evolução das relações econômicas internacionais, voltam a ganhar peso as tendências ao protecionismo e ao fechamento dos mercados. O demorado impasse nas negociações da Rodada Uruguai e as posturas que vêm sendo assumidas pelos principais países industriais mostram, se não a tendência, pelo menos o risco do fortalecimento de barreiras defensivas, até mesmo como resposta ao longo ciclo recessivo.

A idéia de que o fracasso da Rodada Uruguai — principalmente, mas não exclusivamente, decorrente do protecionismo europeu à agricultura — possa consolidar um surto protecionista é freqüentemente levantada pelos analistas e estudiosos. A possibilidade de surgir um mundo com três grandes blocos defendidos por trás de barreiras protecionistas é uma perspectiva que tem de ser levada em conta. Teremos a CEE ampliada pela adesão de outros países do Continente, inclusive alguns dos que abandonaram o socialismo; os Estados Unidos, comandando um bloco que inclui o Canadá, está em vias de incorporar o México e pode atrair alguns outros países latino-americanos; e a Ásia Oriental, bloco que pode surgir — em torno do Japão — até como resposta ao fechamento dos outros dois a seus produtos.

A questão que se coloca é: como fica o restante da América Latina em plena abertura ao Mundo que se fecha?

O MERCOSUL, exatamente por se propor a ser um mercado comum e não apenas uma zona de livre comércio e por incluir duas das maiores economias da região, pode servir de eixo para a discussão de nossas perspectivas, não que possa, sequer de longe, nuclear um bloco capaz de concorrer em igualdade de condições com os três citados: sua participação no comércio mundial é pequena demais para isso. Mas é preciso levar em conta que, mais do que qualquer das outras experiências de integração econômica latino-americanas, o MERCOSUL representa uma possibilidade concreta de mobilização do potencial econômico regional capaz de redesenhar o mapa econômico dos países que o formam.

Claro que a concepção predominante hoje no MERCOSUL, diferentemente daquela que orientou os primeiros passos da cooperação entre Brasil e Argentina, que levaram à sua criação, vê nossa integração, e sua decorrente abertura interna, como um passo a mais no sentido da abertura para o Mundo; uma forma de obter maiores ganhos de produtividade e competitividade para enfrentar essa abertura em condições mais vantajosas.

Se os cenários desenhados com base nas perspectivas de fechamento da economia mundial nos três grandes blocos mencionados não se materializarem e se o comércio internacional voltar a atravessar uma longa fase de contínua redução de barreiras de todo tipo, como ocorreu no início da década de 50 até o final dos anos 70, no quadro da inevitabilidade da abertura ao comércio e aos capitais internacionais já referidos neste artigo, o principal papel do MERCOSUL será exatamente esse.

O que isso significará na reordenação das forças sociais dentro de seus países-membros escapa à nossa capacidade atual de previsão.

Caso contrário, ou se as políticas de abertura hoje adotadas vierem a ser politicamente rejeitadas por não solucionarem os problemas econômicos e sociais com que nos defrontamos,

"(...) mesmo assim a base econômica maior, constituída pelos quatro países, em tendo esses que reverter sua política de crescimento para fora, no sentido de um esforço para um crescimento interno, representará esforço para um crescimento interno, representará condições de sucesso maior do que a que teria cada um dos quatro sozinhos" (MAGALHÃES FILHO, 1992, p.89).

É claro que outras alternativas estarão presentes nesse caso, e sua adoção decorrerá do grau de sucesso das políticas de abertura e da correlação de forças sociais em cada país. A principal delas será a integração à economia norte-americana, nos termos esboçados pela denominada "Iniciativa Bush". O que vier a acontecer com o México, no âmbito da Zona de Livre Comércio da América do Norte, pesará de forma significativa no debate futuro sobre esse tipo de integração. A postura atual dos países do MERCOSUL, em suas negociações com os Estados Unidos, mostra que esse é um caminho possível, se não provável. Por outro lado, o interesse do Chile — um dos parceiros preferenciais para a implantação da "Iniciativa Bush" — e da Bolívia, manifestado claramente nos últimos meses, em aproximar-se e aderir ao MERCOSUL deixa ainda aberta a alternativa do fortalecimento da região pelo redesenhar de seu mapa econômico e social, mantendo, no campo do possível, a opção por outros caminhos.

Quaisquer que sejam os caminhos que a América Latina vier a seguir nestas próximas décadas, em que um mundo ainda desconhecido começa a tomar forma, seu potencial econômico e a magnitude de seus problemas sociais tornam necessário, no estabelecimento de padrões de relacionamento, levar em conta suas especificidades históricas e sociais. Isso nos leva diretamente às conclusões a que chegou um dos maiores estudiosos dos problemas da inserção da América Latina na economia mundial, principalmente à seguinte:

"A seqüência que parece deduzir-se do estudo é a da equidade, austeridade, crescimento e competitividade. Difere da teoria que se inicia com a competitividade e não destaca o conteúdo tecnológico dos bens exportados, para logo esperar que o crescimento seja resultado do efeito dinami-

zador do mercado internacional, que acabaria pela incorporação paulatina dos excluídos. Tanto a experiência quanto as considerações internas e externas, políticas e econômicas mostram que, na América Latina, será cada vez mais difícil postergar o tema da equidade, ainda que isso implique colocar sobre a mesa temas desconfortáveis do passado, que pareciam ter caducado com o advento da modernidade (tradução do autor)"⁶ (FAJNZYLBER, 1989, p.167).

Bibliografia

- THE ECONOMIST (1991). London, v.318, n.7697, Mar. p.15-16.
- THE ECONOMIST (1991a). London, v.321, n.7737, Dec. p.25-27.
- FAJNZYLBER, Fernando (1989). **Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío"**. Santiago de Chile: CEPAL.
- KENNEDY, Paul (1989). **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja B. de (1992). Mercosul: desfazendo alguns mitos. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.20, n.1, p.29-95.
- MANDEL, Ernest (1990). **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo/Campinas: ADUNICAMP/Ensaio.
- TIME (1991). New York, v.138, n.17, Oct. p.12-28.

⁶ No original: "La secuencia que parece desprenderse del estudio es la equidad, austeridad, crecimiento y competitividad. Difiere de la teoría que se inicia con la competitividad y que no destaca el contenido tecnológico de los bienes exportados, para luego esperar que el crecimiento resulte del efecto dinamizador del mercado internacional que terminaría por la incorporación paulatina de los excluidos. Tanto la experiencia como consideraciones internas y externas, políticas y económicas muestran que en América Latina será cada vez más difícil postergar el tema de la equidad, aunque esto implique poner en el tapete temas ingratos del pasado que parecían haber caducado con el advenimiento de la modernidad".